

# A integração das pessoas com necessidades especiais

a u l a

# 8

## OBJETIVOS

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Conhecer o significado da integração das pessoas com necessidades especiais.
- Conceituar integração.
- Identificar as implicações da integração no contexto social e educacional.

Desde o início do curso, você aprendeu que o deficiente ou a pessoa com necessidades especiais trilhou um longo caminho para chegar até o século XXI, discutindo a legislação, as conquistas, a escolarização, o mercado de trabalho e até a própria vida.

Os direitos dos deficientes foram conquistados de forma gradual e, na medida em que iam sendo alcançados, a convivência com eles na sociedade tornou-se mais freqüente, o que levava as pessoas a agir, interagir e reagir ao tentar integrá-lo e aceitá-lo.

Integrar significa incorporar física e socialmente as pessoas que estão segregadas e separadas das demais. Significa torná-lo parte da sociedade, estar onde as pessoas estão, viver como as pessoas vivem, fazer o que as outras pessoas fazem e ter acesso aos mesmos bens e direitos que os demais (LOURENZO, citado por EDLER, 1993).

Junto com o debate sobre a integração, veio o conceito de necessidades educacionais especiais. O foco de interesse agora estaria nas potencialidades e não mais na deficiência. O universo das pessoas que poderiam ser contempladas com esta visão se ampliou e alcançou desde àqueles que têm necessidades especiais permanentes ou temporárias, com toda a ordem de limitações, provenientes ou não de problemas médicos, até aquelas que não têm sucesso na escolarização regular. Todas as pessoas deveriam ser beneficiadas em um ambiente que fosse propício ao desenvolvimento e que tivesse condições favoráveis.



Para o MEC, a **clientela** da Educação Especial sempre foi composta por todos aqueles que requerem consideração especial no lar, na escola e na sociedade.



A **clientela** da Educação Especial já foi chamada de inúmeros termos; **excepcional**, pessoa portadora de deficiência, deficiente, pessoa portadora de necessidades especiais, portador de necessidades especiais, pessoa com deficiência, pessoa deficiente.

Na integração, as concepções se modificam. O atendimento, por exemplo, perde a condição de assistencialista, a deficiência não é mais vista como doença, a abordagem passa de terapêutica para educativa, a intervenção não é mais nas incapacidades, mas nas potencialidades (CANZIANI, 1993).

O quadro que se segue reflete as principais modificações apontadas pela autora.

<b>Abordagem</b>	<b>Visão Anterior</b>	<b>Visão Atual</b>
Enfoque	Patológico	Integração
Deficiência	Doença	Necessidade especial
Indivíduo	Excepcional/Deficiente	Pessoa portadora de deficiência
Orientação	Terapêutica	Educativa
Intervenção	Incapacidades	Potencialidades
Cliente	Paciente	Sujeito do processo
Relação cliente-profissional	Tratamento	Acesso aos recursos disponíveis
Atendimento	Assistencialista	Garantia de direitos
Relação indivíduo-sociedade	Dependência	Emancipação

Fonte: Canziani, 1993, p. 23, com adaptação.

O movimento integracionista teve início na Europa, principalmente em função de alguns acontecimentos como o aumento significativo do número de pessoas com deficiência em decorrência das duas grandes guerras mundiais, a luta pelos direitos humanos, o avanço técnico-científico que exigia novas posturas, a maior conscientização em prol da igualdade de direitos e de oportunidades e também a filosofia da escola para todos, que defendia a inclusão de todas as crianças na escola (PEREIRA, 1993).

## A INTEGRAÇÃO NO MUNDO

### Estados Unidos

Até 1975, as crianças com deficiência raramente eram vistas em público, na escola ou na comunidade. No mesmo ano, o Congresso americano aprovou uma lei que estabelecia que todas as crianças portadoras de deficiência tinham direito à educação livre e apropriada. Estabelecia, ainda, que os pais deveriam participar do processo educacional de seus filhos, que o plano de educação seria individual e em um ambiente o menos restritivo possível. Também determinava que cada estado deveria produzir lei similar estendendo ao país o atendimento educacional aos portadores de deficiência.

Apesar de as leis terem sido baixadas em diversos estados americanos, somente na década de 1990 é que foi implementada uma grande reforma na área da deficiência, impondo-se a inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino, determinando que nenhum estudante poderia ser excluído.

A filosofia dos projetos integracionistas defende que o sucesso destes está no envolvimento da comunidade, na participação da família e na abertura de possibilidades para que as crianças com e sem deficiência possam conviver juntas, construir amizades e estabelecer relações (BRAWN,1993).



Na década de 1960, o termo excepcional era usado para incluir diferentes tipos: os mentalmente deficientes, as pessoas fisicamente prejudicadas, aquelas emocionalmente desajustadas, bem como as superdotadas, enfim todos os que requeriam consideração especial no lar, na escola e na sociedade.

A terminologia pessoas **PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**, com suas variantes, portador de deficiência ou pessoas com deficiência, foi adotada a partir de 1983, por sugestão da ONU, para fazer desaparecer do linguajar e da mídia expressões pejorativas como aleijado, inválido, mutilado, anormal, excepcional, retardado, débil mental e tantos outros.

## Inglaterra

Em 1981, o Parlamento baixou um ato que instituiu e implantou a integração de qualquer indivíduo **PORTADOR DE DEFICIÊNCIA** no ensino regular. A legislação começa a conceder direitos e benefícios a essas pessoas e considera fundamental o papel da família nesse processo (PEREIRA, 1993).

## Itália

Com uma prática integracionista radical, a Itália simplesmente aboliu as escolas especiais e colocou as crianças, independentemente do nível do grau de necessidade dela, no ensino regular.

A filosofia adotada é a do confronto, o incômodo gerará discussões no grupo que, por sua vez, vai provocar a formação de novos grupos e possibilitará que se aceite ou se aprenda a aceitar as diferenças, primeiro no grupo, depois na escola e, finalmente, na sociedade.

## Espanha

O projeto integracionista começou por volta de 1982, a partir da criação do Centro Nacional de Recursos para a Educação Especial, que



tinha como objetivos a atenção, a investigação, a formação e a produção de matérias para Educação Especial.

A prioridade do Centro era o treinamento de professores e o atendimento a esse tipo de aluno.

Na primeira fase do processo de integração no país, o Ministério da Educação fez uma ampla campanha de conscientização para mostrar, através dos veículos de comunicação, que os deficientes também eram pessoas, tinham direitos e precisavam estar entre as demais (VILLANUEVA, 1993).

No início dos anos 90, a Espanha foi considerada uma nova Itália, com a diferença de possuir um projeto gradual de integração, racionalizado e organizado.

### **Suécia e Noruega**

São países que dispõem de muitos recursos e tecnologias favorecendo a integração, muito embora ainda mantenham crianças segregadas.

### **Alemanha**

É um país preocupado com relação à integração. Historicamente, tem um sistema educacional paralelo para atender as pessoas com deficiência. Na Alemanha, ao final do processo escolar, busca-se integrar o deficiente.

Destaque-se que diante da Europa, que vive uma prática integracionista, a Alemanha está pretendendo rever a sua posição, mesmo prestando um relevante serviço às pessoas com deficiência.



A ONU, em 1983, ao instituir a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência (1983 – 1992), sugeriu esta maneira de se referir de forma genérica a todo segmento, independente do tipo de seqüela ou característica de deficiência.

### **Japão**

Defende as escolas especiais como forma de integração.

### **Grécia**

Mantém classes especiais nas escolas regulares com o objetivo de integrar.

Com uma ou outra variação, este é o cenário internacional da integração, que concebe, de diferentes formas, a escolarização das pessoas com deficiência.

Independentemente do objetivo que se pretenda alcançar, a integração é um processo complexo e as atitudes favoráveis dependem de inúmeros fatores.

No Brasil, principalmente após a década de 1990, muito se discutiu sobre o assunto. Um dos aspectos mais curiosos desse debate, levantado por Mazzotta (1993), é que entre os fatores dificultadores da integração figura a diversidade de entendimento do seu significado, tanto pelos legisladores quanto pelos administradores, pais, alunos e professores. Em cada momento, a integração teve uma compreensão. Para o autor, essas discussões sobre o tema e as formas de integrar “dependem, essencialmente, da concepção de homem e de sociedade que seus membros concretizam nas relações que estabelecem dentro e fora do ambiente escolar” (p. 17).

Outros autores e teóricos estudaram e conceituaram integração. Apresentamos, a seguir, definições para facilitar o entendimento do tema, os recortes feitos, as implicações e o viés de cada autor.

## **DEFINIÇÕES**

### **Mazzotta**

A integração é a busca da ampliação da participação das pessoas que se encontram em situações segregadas para situações ou ambientes normais, sejam educacionais ou sociais (1993, p. 13).

### **Brasil/Seesp**

Integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade [...] no ambiente escolar, refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a criança com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou totalidade de tempo de permanência na escola (1994, p. 18).



## Amaral

Integrar significa, acima de tudo, o oferecimento de oportunidades iguais, malgrado as diferenças. Oportunidades de ter acesso, a pessoa portadora de deficiência, ao mundo físico e ao mundo das relações sociais, ao mundo escolar; ao mundo do trabalho; ao mundo da cultura, do esporte e do lazer (1994, p. 36).

**A expressão "educando com necessidades especiais" apareceu pela primeira vez em 1986, em uma Portaria do Cenesp, em substituição à expressão aluno excepcional que, a partir desta data, foi praticamente abolida dos textos oficiais.**

## Mendes e Trindade

[...] a integração da pessoa portadora de deficiência deve passar pelo reconhecimento efetivo de que toda criança é especial, eliminando-se a segregação e a discriminação [...] exige trabalhar a heterogeneidade, com destaque para a individualidade e a capacidade de cada educando (1993, p. 17).

## Fonseca

A integração compreende um valor constitucional que, em si, deve consubstanciar a aceitação da diferença humana. Mas esse valor terá que respeitar a diversidade cultural e social e, em paralelo, a unidade da pessoa humana [...]. A integração é um movimento de inovação do sistema de ensino [...] visa o alargamento de oportunidades e uma maior capacidade de acomodação de crianças com necessidades especiais [...] a integração constitui uma arte e uma ciência da individualização do ensino (1994, p. 18-19).

## Sasaki

Integração significa inserção da pessoa deficiente preparada para conviver nas sociedade (1997, p. 43).

## Masini

Integrar, do latim *integrare*, significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado (unido) e integração significa o ato ou processo de integrar [...] integrar diz respeito à individualidade e integração diz respeito ao processo de formação dessa individualidade (1997, p. 32).

## Sprovieri (1997)

Integração é o processo que se caracteriza por atitudes e medidas terapêuticas, pedagógicas, sociais, jurídicas e políticas que permitem ao indivíduo levar uma vida tão normal quanto possível (1997, p. 104).

A Educação Especial, em todo o mundo, a partir da integração, teve que ser reestruturada. Apesar da criação de salas com recursos para atender o aluno com necessidades especiais, ele continuava sendo considerado especial e tendo um atendimento segregado. O conceito de integração começou, então, a ser revisto, por ser considerado ultrapassado e a escola inclusiva foi, gradativamente, implementada em vários países (Estados Unidos, Canadá, Espanha, Portugal, Itália, Nova Zelândia) e o movimento se fez na direção da inclusão total (GLAT, 1998).

A expressão portador de deficiência ou portador de necessidades especiais foi retirada dos textos oficiais da Secretaria de EE do MEC, no ano de 2001, por ocasião do documento das Diretrizes Nacionais para a EE na Educação Básica.

A integração, tendo sido o tema mais discutido e o que mais esteve presente nas publicações, congressos, palestras e simpósios, nos últimos anos, começou a ser repensada.

Assim como em cada país houve um tipo de compreensão, no Brasil, as iniciativas ficaram mais em nível teórico (produções científicas) do que em formas efetivas de integrar o aluno com necessidades especiais.

Recentemente, textos que apontavam as dificuldades para se promover a integração começaram a ser publicados, a despeito da grande mobilização do tema, principalmente, no ambiente educacional.





Durante os debates sobre integração, os contextos familiar, sociocultural e educacional não foram contemplados, e, como são partes fundamentais do processo, o deficiente é quem deveria se adaptar. Dificilmente, seria possível integrar alguém dentro dessa estrutura rígida e descontextualizada.

Na escola, os currículos, os métodos e os recursos não foram alterados e o professor, impedido de se atualizar, temia a integração, por não possuir a qualificação profissional adequada, e mantinha uma atitude de segregação e discriminação em relação aos alunos com deficiência. As práticas pedagógicas não atendiam à diversidade e o aluno ideal continuava a ser aquele que obtinha sucesso.

Na sociedade, são inúmeras as dificuldades que a pessoa com deficiência enfrenta diariamente. As atitudes, os rótulos e as expectativas negativas são uma constante na interação com o deficiente. O assistencialismo e o paternalismo impedem que essas pessoas possam demonstrar que são capazes.

Na verdade, o grande problema da integração não está naquilo que não se modificou para receber o deficiente, mas na concepção de homem e de sociedade que as pessoas têm e na maneira como estabelecem as relações com o outro.

Neste cenário, a integração passa a ser considerada ultrapassada e tem início a mobilização em prol da inclusão.

## CONCLUSÃO

Durante muito tempo, a integração ocupou, no ambiente educacional, maior importância teórica que prática. O fato de não se efetivar foi resultante de uma série de dificuldades, dentre as quais destaca-se a imobilidade da escola diante do novo modelo.

### RESUMO

A integração é um processo que, desde o início, foi marcado por diferentes compreensões. Cada país, cada instituição e cada teórico tinha uma forma de entendê-la e, conseqüentemente, diferentes propostas para efetivá-la.

## EXERCÍCIOS

- 1) Defina integração, segundo três autores.
- 2) O movimento integracionista surgiu dentro de que contexto?
- 3) Como a Europa entendeu a integração?
- 4) Procure listar quais os aspectos facilitadores e dificultadores da integração.

Ao concluir os exercícios anteriores, inclusive o esquema sobre a integração, você estará apto a passar para o próximo assunto.

## INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, falaremos sobre inclusão.